



LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 22 DE JUNHO DE 2023

Autoriza a administração pública do Estado de Goiás a abrir créditos adicionais com a utilização, como origem de recursos, da disponibilidade descomprometida com o cancelamento de restos a pagar no exercício.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da [Constituição Estadual](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os recursos oriundos de cancelamento de restos a pagar, provenientes de transferências de recursos da União com aplicação vinculada, legalmente autorizados e justificados, desde que não tenham sido comprometidos, poderão ser utilizados como origem de recursos para a abertura de créditos adicionais no mesmo exercício do cancelamento, com a recomposição do superávit financeiro do exercício anterior, desde que sejam aplicados para atender despesas decorrentes da mesma finalidade da vinculação original.

- [Redação dada pela Lei Complementar nº 207, de 1º-7-2025.](#)

~~Art. 1º Os recursos oriundos de cancelamento de restos a pagar legalmente autorizados e justificados, desde que não tenham sido comprometidos, poderão ser utilizados como origem de recursos para a abertura de créditos adicionais no mesmo exercício do cancelamento, com a recomposição do superávit financeiro do exercício anterior.~~

§ 1º As disponibilidades por fontes e destinação de recursos decorrentes de cancelamento de restos a pagar e de outros passivos financeiros não reverterão à conta de superávit financeiro no mesmo exercício do cancelamento, salvo quando for comprovada a ocorrência de eventos subsequentes ao encerramento do balanço que justifiquem a revisão da apuração do superávit financeiro.

§ 2º Nos casos de revisão do superávit financeiro previsto no caput deste artigo, caberá ao ordenador de despesa apresentaras justificativas e o embasamento legal para o cancelamento dos restos a pagar e a revisão do superávit financeiro.

§ 3º Os cancelamentos de restos a pagar não processados e processados deverão observar as disposições dos arts. 5º e 6º da [Lei Complementar nº 133](#), de 01 de novembro de 2017.

Art. 2º O Poder Executivo ficará responsável pelos ajustes nos sistemas de administração orçamentária, financeira e contábil e pela regulamentação desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 22 de junho de 2023; 135º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado

Este texto não substitui o publicado [no Suplemento do D.O de 22/06/2023](#)

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Lei Complementar Nº 207 / 2025 Lei Complementar Nº 133 / 2017 Constituição Estadual / 1989
Nº do Projeto de Lei	2023001016
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Executivo Poder Legislativo Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA
Categoria	Leis orçamentárias